

## **DENTRO E FORA DA PORTEIRA - OS ELEMENTOS CONDICIONANTES NA ESTRATÉGIA DE REPRODUÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES FUMAGEIROS<sup>1</sup>**

Ezequiel Redin<sup>2</sup>

### **Resumo**

O trabalho objetiva analisar a influência dos fatores internos e externos na escolha ou continuidade das estratégias de reprodução produtivas de ciclo curto (anual) da agricultura familiar de Arroio do Tigre/RS. Para tanto, utilizamos de dados secundários e de pesquisa de campo. Diante da característica dos agricultores discutimos o grau de importância dos fatores a) internos: mão de obra, estrutura, restrição ambiental e localização da propriedade; b) externos: econômicos, clima, social, político-institucional, cultural, legal, tecnológicos e demográficos. Ambos os elementos influenciam e condicionam na escolha e na gestão da unidade de produção pelas famílias agricultoras. Por fim, destacamos que a presença de estratégias de reprodução principal, complementares e básicas, bem como, estratégias amplas e restritas no campo de análise.

**Palavras-chave:** Estratégia de reprodução, fatores internos, fatores externos, agricultura familiar, atividade fumageira

---

<sup>1</sup> Este trabalho integra a dissertação de mestrado do autor desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural (PPGExR) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) no período 2009-2011.

<sup>2</sup> Tecnólogo em Agropecuária: Sistemas de Produção (JERGS) - CREA RS 160488; Administração (ULBRA); Esp. Gestão Pública Municipal (UFSM); Mestre e Doutorando em Extensão Rural (UFSM). E-mail: ezequielredin@gmail.com

## INSIDE AND OUTSIDE THE FARM - THE CONDITIONATES ELEMENTS FOR CONTROL STRATEGY OF TOBACCO FAMILY FARMERS

### Abstract

The work aims at to analyze the influence of the internal and external factors in the choice or continuity of the productive reproduction strategies of short cycle (annual) of the family agriculture of Arroio do Tigre/RS. So much, we used of secondary data and of field research. Before the farmers' characteristic we discussed the degree of importance of the factors the) internal: work hand, structures, environmental restriction and location of the property; b) external: economical, climate, social, political-institutional, cultural, legal, technological and demographic. Both elements influence and they condition in the choice and in the administration of the unit of production for the farming families. Finally, we highlighted that the main, complemental and basic presence of reproduction strategies, as well as, wide and restricted strategies in the analysis field.

**Key Words:** Reproduction strategy, internal factors, external factors, family agriculture, activity de tobacco

### 1. Introdução

Objetivamos, neste artigo, contextualizar os principais condicionantes que influenciam na escolha das estratégias produtivas que, de certo modo, auxiliam na reprodução social das famílias agricultoras. Nossa compreensão, quando tratamos sobre a agricultura familiar, é que esta é carregada de diversas estratégias de reprodução social e econômica, entretanto, nossa análise perpassa, principalmente, pelas relações produtivas e econômicas de produção primária que os agricultores familiares de Arroio do Tigre/RS, usam com maior frequência no processo de desenvolvimento das propriedades. O foco central do trabalho é a análise do fumo como a principal estratégia de reprodução e os outros produtos agrícolas como subsidiantes dessa estratégia. Assim sendo, estamos compreendendo os agricultores, a partir da cultura do tabaco, principal produto agrícola, estabelecido o destaque do município em âmbito sul-brasileiro no cultivo. Analisamos, portanto, os aspectos ligados ao ambiente interno de produção e os condicionantes externos.

Compreendemos as relações dentro da porteira pelo aspecto da produção, na concepção delimitada por Almeida (1986), principalmente, sobre a reprodução de ciclo curto (anual) onde é orientada pela lógica econômica da família, que mantêm elas via trabalho e consumo. Concordamos com a posição de Wanderley, no prefácio da obra de Sabourin (2009), que ao considerar o agricultor um exclusivo produtor para sua própria subsistência seria desconsiderar a dimensão mercantil da sua atividade econômica, da qual não escapa pela imposição do mercado e que é por ele valorizada pelo desejo de inserção. Neste caso, o vínculo mercantil não se norteia em função da remuneração de um capital, entretanto, o que está em jogo é a sobrevivência da família pela construção/reprodução do patrimônio familiar possível, no presente e no futuro, e da própria comunidade. A proposição de Fialho (2005), talvez, nos auxilie nessa construção, por entender que os agricultores têm que combinar suas estratégias de reprodução em diferentes dimensões temporais, em certa medida, a lógica de reprodução das famílias agricultoras é guiada pela dinâmica temporal da natureza, em outras palavras, segundo o ciclo da vida: tempo de preparar a terra, tempo de plantar, tempo de cuidar, realizar alguns tratos culturais e de espera, e tempo de colher – germinação (gestação), nascimento, vida e morte.

Para construção dessa reflexão, entrevistamos quatorze agricultores familiares fumicultores de Arroio do Tigre e retiramos da pesquisa os elementos trabalhados, a posteriori. A escolha do município para o estudo pautou-se principalmente no conhecimento prévio da região e dos atores rurais, pelo destaque na produção de tabaco tipo Burley na região e no sul do país, fornecendo ao local, características de uma economia voltada, principalmente, para o setor primário. A interpretação e análise das declarações buscaram identificar elementos considerados relevantes na tomada de decisão por determinada atividade agrícola.

## 2. Dentro da porteira

O primeiro ponto dessa reflexão é o estudo da mão de obra na unidade de produção familiar. A mão de obra torna-se, quase sempre, um fator limitante na propriedade condicionando o agricultor a optar pela redução do cultivo de determinado produto ou mesmo eliminá-lo das possibilidades de produção na safra. A afirmação de Paulilo (1990, p. 94), talvez, consubstancie o que queremos dizer: “Ao estudarmos dois dos tipos de integração presentes no sul do Estado [SC], suinocultura e fomicultura, percebemos que, em ambos os casos, a mão de obra é um fator que pesa na decisão do agricultor de integrar-se”. A mão de obra é vinculada a demanda de trabalho que determinada atividade agrícola pode necessitar. A sua escassez pode influenciar no ciclo de produção da cultura, pois o agricultor tem a opção de fracioná-la em distintas escalas de plantio (caso as condições edafoclimáticas permitirem) com o propósito de evitar o acúmulo de demanda da força de trabalho na hora da colheita. Por conseguinte, se a atividade agrícola precisar de uma intensificação do trabalho no momento da colheita, devido um mau planejamento (ou falta dele) ou por força das intempéries climáticas, o grau de risco na atividade aumenta podendo ter prejuízos no resultado final, caso inexistir recursos financeiros disponíveis (ou não querer suprimi-los) para contratar pessoas no auxílio da colheita ou pela impossibilidade de “troca de serviço” com outras famílias agricultoras. A troca de serviço é vista com resistência por muitos agricultores, por ficar devendo “favores” a outras famílias ou pela possibilidade de emergir conflitos.

A eminência dos conflitos não é apenas um elemento que influencia, somente, nas relações que envolvem outras famílias agricultoras, mas um fenômeno que é passível de gestão interna dos recursos humanos. Uma empresa do comércio, por exemplo, tem seus funcionários sob a jurisdição da Constituição das Leis do Trabalho (CLT), mas em casos de extrema desobediência ou insatisfação do empresário para com o colaborador, simplesmente, pode ter a opção encerrar seu contrato

individual do trabalho, assim demitindo-o, com suas respectivas penalidades financeiras. Portanto, o trabalhador do setor empresarial pode ser considerado um *fator de produção descartável*, pois é passível de substituição por outro que tenha, ao menos, condições mínimas de qualificação, ou ainda esse outro, pode passar um processo de treinamento.

O caso torna-se diferente quando o indivíduo de conflito é uma pessoa da família (mulher, filho ou parente próximo) onde o agricultor não pode, ou teoricamente fica mais complicado, desconsiderar um membro do grupo, primeiro, porque é um integrante da família - a princípio um sucessor da terra (caso for filho (a)) -, e segundo, por ser um elemento que pode agregar na produtividade do trabalho. Portanto, a priori, o integrante da família não é um fator de produção descartável, sendo que é desejável a sua manutenção e auxiliando nas atividades agrícolas, ao contrário, pode acontecer uma possível migração deste para a busca de um espaço no meio urbano, através de várias formas, seja ela pela procura de qualificação profissional (educação) ou por uma atividade urbana. Wanderley (1998) e Woortmann (1995) realçam nossa reflexão ao pontuar que, antes de tudo, a agricultura familiar é um compromisso moral que fortalece os laços de parentesco. A definição de familiar é expressa por uma imagem de pertencimento a família onde o individual é subordinado ao coletivo e as dimensões culturais são importantes, pois apresentam questões que os aspectos meramente econômicos restringem como o próprio patrimônio, casamento, herança, entre outras. O parentesco se configura como um elemento importante a reprodução social dos agricultores.

O tamanho da família e a idade de seus integrantes também implicam na possibilidade dos agricultores diversificarem suas atividades, sendo que quanto menor for os membros da família e mais idosos, menor será a probabilidade de cultivar vários produtos agrícolas ou aqueles que exigem maior esforço físico. A tendência é que quanto maior a oferta da força de trabalho maior será a probabilidade de o agricultor diversificar a sua produção ou aumentar o volume de sua especialização. Tomamos,

como exemplo, uma família agricultora que tem como atividade principal o cultivo de fumo e outros produtos agrícolas voltados ao mercado, mas privilegiando o autoconsumo da propriedade. No início da safra, o agricultor avalia como se dará a dinâmica da mão de obra durante o período agrícola, e caso constatar que a mão de obra é suficiente para a colheita do fumo e do feijão (que acontecem ao mesmo tempo em Arroio do Tigre) ele opta por cultivar os dois produtos agrícolas, pois ambos dispõem de mão de obra artesanal. Ao contrário, na eminência de falta do fator de produção o chefe da família opta por cultivar a soja que, atualmente, emprega um grau elevado de mecanização e muito pouco esforço artesanal, deixando o feijão fora da escala comercial, somente para demanda da família. Nesse último caso, sua decisão se dará pelo binômio fumo-soja<sup>3</sup>.

No caso da agricultura familiar do município, em determinados casos, o cultivo da soja significa o emprego de menos mão de obra artesanal aliado ao objetivo de “limpar a lavoura” devido o emprego de agrotóxicos ou movido pela opção da rotação de culturas. Os agricultores familiares que dispõem de terras planas para o emprego da tecnologia usam a soja nesse intuito, claro que o objetivo final sempre é obter um rendimento positivo, ao contrário, conflitaria a lógica de produção para o mercado.

Analisando sob a ótica do tipo de fumo (Burley ou Virgínia), geralmente, quando a família possui menos mão de obra cultiva-se o fumo tipo Burley, pois necessita menos trabalho no momento da colheita, sendo que este é retirado da lavoura em um único momento, ao contrário, do Virgínia que necessita várias etapas na mesma planta. Esse pode ser um dos fatores que influenciam os agricultores fumicultores a escolher a variedade a cultivar. Evidentemente, que o outro fator preponderante para essa escolha é o investimento que necessita o fumo tipo Virgínia, pois o ativo imobilizado (estufas, tecedeiras para a costura do fumo, canos para

---

<sup>3</sup> Para uma análise sobre as potencialidades agrícolas de Arroio de Tigre ver: REDIN, E. **Entre o produzir e o reproduzir na agricultura familiar fumageira de Arroio do Tigre/RS**. (Dissertação de Mestrado). Santa Maria: PPGExR/UFSM, 2011.

estufa, portas e grelhas fundidas, fios para tecedeira e automação para estufas de fumo, etc) envolve um alto recurso financeiro (mesmo sendo financiado pela agroindústria), enquanto o Burley necessita apenas de galpão e fios de arame para a cura do fumo.

A carência de mão de obra pode implicar diretamente na qualidade do produto final, no caso do fumo, principalmente. Se a persistência do chefe da família for ter uma alta produção devido um preço satisfatório no momento do plantio, isso pode implicar que o excesso de trabalho pode afetar diretamente no resultado final da matéria-prima. Portanto, esse fator também é levado em consideração no momento do plantio. Em anos atípicos onde existe uma demanda muito grande por falta de determinado tipo de fumo, o fator quantidade prevalece no momento da comercialização, portanto, agricultores que tiveram a escolha de “fazer” qualidade levam certa desvantagem, nesse caso, pois isso implica em menor quantidade produzida. O mais comum é acontecer o contrário, ou seja, a qualidade ser mais valorizada que a quantidade, e se caso o agricultor tiver ambos (qualidade e quantidade) será recompensado no momento da sua comercialização.

Em relação aos produtos agrícolas como a soja, feijão, milho, trigo (commodities), não pode ser realizada a mesma comparação, por um motivo essencial, a agricultura familiar sempre perderá em escala quando comparado a uma agricultura extensiva. Nesse sentido, a escala é limitante para os agricultores de pequena produção pela limitação do fator terra. O caso do cultivo do fumo, altamente especializado por ocupar pouca terra, mais mão de obra e investimentos imobilizados pode ser comparado com um agricultor patronal, pois a quantidade de produção é um fator limitante para ambos, em detrimento da mão de obra artesanal e a inexistência de uma tecnologia que acelere a colheita na lavoura.

Na agricultura familiar o grau de diversificação, talvez, está diretamente vinculado a mão de obra apta na propriedade agrícola. A qualidade da mão de obra apta é preponderante quando envolve o

conhecimento das técnicas aplicadas no plantio, na colheita e na cura, no caso do tabaco. Por outro lado, as atividades mais “braçais” podem ser realizadas sem nenhuma dificuldade, portanto, a qualificação da mão de obra, somente é exigida na impossibilidade das pessoas da família, que detém o saber-fazer, não estarem presente no momento. Ao contrário, a repetição das atividades por algumas semanas coloca o indivíduo nas mesmas condições para efetuar o trabalho, muitas vezes árduo, da lavoura. Godelier (1971, p. 38) complementa: “a produtividade do trabalho não se mede apenas em termos técnicos e não depende apenas de condições técnicas, depende também das condições sociais”.

Em detrimento disso, é preciso considerar a reprodução da família pela sua retrospectiva histórica, identificando os períodos em que a disponibilidade de força de trabalho, a idade dos integrantes e as necessidades de consumo influenciam na composição de determinadas estratégias de reprodução, analisando por um aspecto mais complexo que a produção estritamente dita. Chayanov ao tentar explicar o processo de tomada de decisão dos agricultores em relação a sua unidade de produção e a disposição dos fatores de produção, designa a questão do tamanho da família como diferenciação demográfica interna das famílias (Chayanov, 1974), que expandimos esses fenômenos também para as relações externas. Talvez, os fatores internos poderiam elencar uma diferenciação social, mas se analisarmos a cultura do fumo, isso deve ser amenizado, pois não é o fator mão de obra o único determinante para o sucesso da família.

A penosidade do trabalho é outro elemento circunstancial nessa discussão, quando esta se refere à cultura do fumo e do feijão, principalmente, pois é um fator muito discutido internamente na família. Esse elemento acaba perdendo importância quando comparado ao fator ingresso de renda na unidade de produção agrícola. Tendo a propriedade rural mão de obra apta para realizar a atividade dá-se prioridade para as culturas com maior rentabilidade, mesmo que isso implique em um maior esforço nas atividades. A produção orientada para a comercialização tem



prioridade em relação às culturas voltadas para o autoconsumo e sem mercado consolidado. Nesse sentido, ressaltamos a qualidade de vida imbricada diretamente no fator penosidade. Tal como Andrioli (2008, p. 3) afirma: “Na agricultura familiar a qualidade de vida está diretamente relacionada à forma como o trabalho é realizado e como ele se relaciona com a natureza”. Talvez, o grau de penosidade das atividades reflita na grande aceitação dos agrotóxicos, pois estes reduzem, circunstancialmente, o sacrifício aplicado na lavoura, como por exemplo, horas de capina são trocadas por alguns minutos de aplicação de agrotóxicos. Nessa tangente, ao mesmo tempo em que minimiza o gasto de energia humana aplicado, o indivíduo que é encarregado da aplicação dos inseticidas e herbicidas é prejudicado diretamente pelo contato, sendo os outros integrantes da família atingidos indiretamente na hora da colheita e, caso for alimento, no momento da ingestão. Se por um lado, a família é beneficiada pela redução do trabalho, por outro a qualidade de vida é afetada pela contaminação provocada pelos agrotóxicos.

Tomamos, destarte, o fator mão de obra como um elemento importante na decisão do agricultor utilizar determinada estratégia de reprodução social dentro da porteira. Na mesma linha de compreensão, partimos nesse momento, para a análise do elemento “terra”, designando como um *fator estrutural* (tamanho da propriedade) que conduz a racionalidade interna da propriedade. Geralmente, a discussão sobre a pequena unidade de produção pode variar, consideravelmente, dependendo da região em que se estabelece. Pela lógica voltada para o mercado, quanto menor for à área, maior a necessidade de especialização para atingir um patamar ideal, o chamado ponto de equilíbrio, derivado dos conceitos da economia. Como 90% das propriedades optam pelo cultivo do fumo, cultura de alta produtividade/ha, em áreas que transitam entre 1 a 10 hectares se consegue saltar de um mínimo a um máximo na produção de tabaco. Portanto, a cultura se adaptou muito bem as suas necessidades, em outras palavras, significa que essa cultura ganha espaço na propriedade

rural e, muitas vezes, influencia na tomada de decisão do agricultor em cultivar um ou outro produto para o mercado por causa da atenção especial a atividade fumageira (mão de obra) e a limitação do fator terra. Acaba-se produzindo o fumo como atividade principal e caso haja todos os fatores de produção disponíveis complementa-se com outras culturas para o mercado, ao contrário, cultiva-os para o autoconsumo, apenas.

Nesse sentido, podemos delimitar a estratégia de reprodução em três formas: a) *estratégia de reprodução principal*: cultura do fumo; b) *estratégia de reprodução complementar*: produtos agrícolas voltados para a comercialização do excedente, e c) *estratégia de reprodução básica*: voltada principalmente para o autoconsumo. Especialmente, a essa última podemos dizer que segue a noção de alternatividade de Garcia Jr. (1990) e Heredia (1979), ambos, contemplam estudos nesse foco. Significa que os agricultores cultivam os produtos agrícolas para o autoconsumo, sendo que podem ser comercializados para a aquisição de produtos de consumo doméstico que não são produzidos na propriedade. Em Arroio do Tigre, por exemplo, não se cultiva arroz, café e erva-mate, dadas as condições ambientais restritivas. Logicamente, esses produtos são abastecidos pelo comércio da região que busca em outros locais para ofertar a comunidade. A eventual venda dos produtos básicos serve, de certo modo, como um complemento na renda ou para auxiliar na aquisição de outros produtos para a subsistência da família.

O *fator estrutural terra* está diretamente ligado ao que denominamos de *fator natural* (condições do solo, restrição ambiental). Entendemos por restrição ambiental o relevo acidentado (declividade acentuada), adversidades no terreno, ou seja, considerável presença de condições atípicas para a agricultura, como morros, terras dobradas, encostas de rios, paredões e mata que condicionam restrições a atividade agrícola. Os elementos que integram a restrição ambiental colocam limitações a determinadas culturas, pela impossibilidade de emprego de tecnologia (uso de máquinas agrícolas como o trator, o escarificador, a

carreta ou o semeador direto e outros equipamentos vinculados a tecnologia agrícola), mesmo as famílias tendo recursos financeiros para adquiri-los (muito difícil). Em detrimento, os agricultores que contemplam essa análise, necessitam de utilizar animais de tração movendo arados, grades, carroça e capinadeiras manuais, entre outros.

Nesse sentido, a produtividade do trabalho e a penosidade são elementos que estão diretamente vinculados, além de influenciar inteiramente na maneira de como o agricultor pensa o planejamento de suas atividades. Nem por isso, são agricultores que obtém menor eficiência no resultado da produção, pois, no caso do fumo, isso não é preponderante para obtenção da vantagem competitiva, sendo que o acesso a insumos agrícolas e as tecnologia são parecidas, não resultando em melhor qualidade no final. Os únicos fatores, grosso modo, que podem diferenciar a qualidade do produto são os solos desestruturados, com fertilidade comprometida devido pela mobilização contínua e a ausência de área para a rotação de cultura, o saber fazer defasado em relação à evolução das pesquisas (ou inexistência dele) ou os ativos permanentes (*fatores estruturais* - estufas, galpões) em condições inadequadas de uso, no que se refere às técnicas de produção. Ou ainda as condições climáticas não propícias para o bom desenvolvimento da cultura.

O *fator natural restrição ambiental* pode comprometer o modo de gestão da propriedade, tendo que respeitar os limites impostos pela natureza, sendo que a possível pressão sobre novas áreas são mediadas pelas leis ambientais (fator externo). Além disso, o agricultor pode procurar - através da capacidade de resiliência do solo aliado a técnicas de manejo conservacionista - devolver as condições de fertilidade anteriores a degradação. Esse processo é lento e gradual e tendo o cultivo de fumo como a atividade principal torna-se mais difícil. Outra parcela de agricultores (dimensionando o *fator estrutural terra* acima dos 30 hectares) podemos afirmar, em certa medida, que o *fator natural restrição ambiental* também

delimita influência na racionalidade de gestão, mas em menor grau do que os citados anteriormente.

O difícil acesso à propriedade ou distância dos pólos de comercialização se considera como elementos importantes para nossa análise, denominamos estes de *fator localização da propriedade*. Esse, por sua vez, interfere no cultivo de produtos perecíveis que, após a colheita, tem um tempo determinado para a comercialização e consumo. Caso a propriedade situa-se muito longe do centro urbano, por exemplo, o leque de alternativas para a tomada de decisão diminui, pois os produtos hortigranjeiros voltados para o mercado são descartados na decisão da família, pelas restrições de localização da propriedade e o difícil acesso, levando a possíveis perdas de produto. Nesse sentido, produtos agrícolas já consolidados no mercado tendem a ser aceitos na racionalidade interna de produção, diferente dos produtos que necessitam ser colhidos e vendidos diariamente. Estes elementos influenciam nas estratégias de reprodução dos agricultores familiares.

Outro componente que pesa na propriedade agrícola é o fator emprego de tecnologia, pois atividades produtivas que envolvem tecnologias ainda não disponíveis ao agricultor são mais difíceis de serem adotadas. Por outro lado, se as condições externas forem propícias (crédito agrícola, assistência técnica e oportunidade de boa renda), analisando uma propriedade voltada para lógica mercantil, pode ser bem recebida pelo agricultor, desde que não se tenha nenhum fator que pese muito alto para a inviabilização da atividade. Para Chiavenato (2000) a tecnologia pode ser considerada ao mesmo tempo sob dois ângulos diferentes: a) como uma variável organizacional e interna e b) como uma variável ambiental e externa. Como estamos tratando do *item a*, a variável organizacional (endógena) ela influencia a organização, segundo Chiavenato (2000), como se fosse um recurso próprio e interno atuando sobre os demais recursos e proporcionando melhor desempenho na ação e maior capacidade para organização defrontar-se com as forças ambientais.

Em boa parte dos casos, o homem é o chefe da família que se dedica em administrar a unidade agrícola, portanto, seria deste a última palavra referente ao “o que produzir?” ou “que estratégia usar?”. Entretanto, sem legitimidade da família, ele não poderá tomar essa decisão sozinho, pois pode correr o risco de não auxiliarem nos “serviços” da estratégia escolhida. Os conflitos na família, a disputa de poder interna entre homem/mulher, homem/filho, mulher/filho podem ser pontos que vão determinar o modo de gestão interno e a estratégia adotada, de acordo com o bom senso de ambos. Talvez, no auge desses conflitos pode ter como consequência a “fuga de mão de obra”, acarretando em limitações à manutenção de alguma estratégia que necessite muito desse fator.

### **3. Fora da porteira**

Nesse momento, dedicamos esforço em compreender as relações externas que condicionam a gestão e as estratégias de reprodução. Por esse ângulo, verticalizamos um ambiente pluralizado no tempo e no espaço. Às vezes, podemos priorizar a discussão de determinados fatores por estes estarem mais presentes na realidade de Arroio do Tigre/RS, mas isso não significa que os outros elementos não são importantes ou não existem no contexto estudado, apenas são menos influentes.

O primeiro elemento importante em nossa discussão considerando o cultivo do fumo como uma estratégia de reprodução social consolidada, é o fator econômico. O agricultor que tem voltado sua gestão para a venda do produto gerado pelo seu sistema de produção, leva em consideração, principalmente, o fator renda bruta e os custos de produção (insumos, aluguel de máquinas, etc), a expectativa de preço na colheita, a demanda do produto para o ano agrícola e o comportamento do produto em outros Estados e países (acompanhado pelas notícias vinculadas nos meios de comunicação como rádio e televisão, principalmente). Entretanto, ele está diretamente ligado com outros elementos determinantes para que essa decisão se concretize (fatores internos e externos) na escolha da

alternativa. O fator econômico pode ser dado pela própria contingência podendo alterar os rumos da decisão da família agricultora. Consideramos que uma família esteja decidindo sobre o cultivo de feijão nessa safra, sendo que os fatores de produção já estão definidos de como se aloca durante a mesma, caso adotar essa estratégia. Nesse espaço de tempo, que pode variar de dias a semanas (dentro do tempo em que o plantio é propício para tal), podem ocorrer fatos no mercado agrícola que corroboram favoravelmente para a cultura como: plantio da safra no Paraná será reduzido, safra de feijão da Argentina foi afetada por fatores climáticos, governo adotará medidas de estímulo a atividade (Programa de Aquisição de Alimentos - PAA), entre outros. Ou fatos que são menos propícios, como o alto estoque do produto, devido uma “super-safra” anterior, possíveis restrições de compra, a entrada do produto pelo Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), prospecção de preço final muito aquém do custo de produção, etc.

Nesse contexto, auxilia também nessa compreensão o condicionante externo que denominamos de *fator ambiental clima* onde afeta diretamente no momento da tomada de decisão e as práticas de gestão de determinada atividade. No momento da escolha de uma das diversas estratégias de reprodução possíveis na agricultura familiar, a tendência climática é avaliada pelo seu retrospecto histórico e pelas previsões futuras de comportamento do clima. Caso já se optou pela cultura, a necessidade é adequá-la no tempo para evitar que os efeitos do comportamento ambiental não atinjam de forma tão brusca, pois assim poderá perder todo seu investimento financeiro e de mão de obra. Em anos agrícolas em que as previsões constata o El Niño (aumento da temperatura média e da precipitação na região Sul) e o La Niña (passagens rápidas de frentes frias no Sul do Brasil) o cuidado com o calendário agrícola se torna mais preponderante para evitar perdas significativas de produção. Sabemos que secas prolongadas, frios demasiados, geadas (no início do cultivo), pedras e ventos fortes durante o processo produtivo

80

causam prejuízos, às vezes, imensuráveis a produção podendo desestruturar uma unidade de produção, caso o planejamento sobre os fenômenos climáticos não foram calculados e previstos, sem alguma estratégia de reprodução articulada para compensar tais fatos negativos. A estratégia de reprodução principal, nesse caso o fumo, é mais rústica em relações às variáveis externas que causam danos a produção, mas não imbatível frente às devastações por ventos e pedras resultantes de modificações repentinas do clima. Por outro lado, as estratégias de reprodução complementares (feijão, soja, trigo, milho) são muito mais suscetíveis ao fator ambiental clima. E as estratégias de reprodução básicas (autoconsumo) mesmo que importantes para o consumo alimentar, não envolvem altos custos de produção e sua possível perda não é tão lastimada como das outras duas anteriores, por dificilmente envolver financiamentos para quitar pela família agricultora.

A cultura do fumo como a estratégia de reprodução principal no município de Arroio do Tigre é vista pelo âmbito da integração do agricultor/indústria. Nesse sentido, Wilkinson (1997) estudando a suinocultura catarinense (que alguns anos atrás prevaleceu na localidade de Linha Paleta/Arroio do Tigre) explana que, para sustentar o agricultor produzindo nesse sistema de integração à indústria, torna-se essencial que ele realize, também, outras atividades simultâneas, tais como a produção de grãos, de pequenos animais, processamento de matéria-prima de origem animal ou vegetal (agroindústria familiar) ou até atividades não-agrícolas (membros da família trabalhando parcial ou integralmente na indústria, comércio ou prestação de serviços), a unidade de produção agrícola familiar adquire competitividade sistêmica (Wilkinson, 1997). Para o autor, a articulação entre atividades produtivas e fatores de produção, cujo resultado é a complementaridade de renda, permite que o sistema, em seu todo, garanta competitividade, mesmo se, individualmente, as atividades não a alcancem. Talvez, pelas considerações do autor, podemos afirmar que essas outras atividades concomitantes à principal como as estratégias de

reprodução complementares e básicas são relevantes e fornecem sustentação as famílias agricultoras que tem o foco o cultivo do fumo.

Ainda que empregando uma abordagem próxima ao enfoque de Kautsky, John Wilkinson oferece, nesse estudo e em outros sobre a produção leiteira, também no Estado de Santa Catarina, um destaque: fatores intrínsecos à unidades de produção agrícolas (UPA) e às estratégias para reprodução das condições de permanência na atividade agrícola podem esclarecer a capacidade de o agricultor integrar-se à indústria, mantendo características próprias como a gestão do trabalho familiar e dos recursos naturais disponíveis e a mobilização de estratégias de cooperação, sempre voltadas para garantir o atendimento das necessidades básicas da família.

Se superarmos a relação utilitária das agroindústrias fumageiras, normalmente ressaltada pelos agricultores, percebemos que existem ações cooperativas entre eles e as indústrias ou ainda entre os profissionais de assistência técnica e os produtores. Nesse sentido, a relação entre o agricultor e indústria pode ser compreendida, por um lado, pelas estratégias de cooperação, onde essas ações são conduzidas e orientadas por interesses mútuos, isto é, ambos estão trabalhando com os mesmos objetivos, de gerar uma produção de qualidade e com uma boa margem de lucratividade. Assim, percebemos que a relação entre a empresa e os agricultores pode se tornar uma condição altamente favorável ao produtor dependendo do contexto. Por exemplo, determinadas famílias almejam cultivar fumo e não possuem terras para produção. Nesse caso, ao realizar o arrendamento dos meios de produção (terra especialmente), é possível identificar um suporte externo das empresas fumageiras para o início da atividade como o fornecimento de crédito a prazo - para quitar com um percentual da produção -, a fim de constituir todo seu ativo imobilizado necessário ao cultivo do tabaco. Portanto, além do acompanhamento pelos serviços de assistência técnica, a empresa proporciona condições técnicas (insumos, tecnologia, conhecimento) e condições motivacionais (apoio,

82



incentivo e motivação) para a família desenvolver essa atividade. Desse modo, caso, as famílias agricultoras conseguirem obter eficácia na produção através desse auxílio, ela consegue se reproduzir e com o passar do tempo pode quitar seu crédito perante a empresa e começa a criar seu próprio capital de giro.

Nesse campo é importante mencionar, quanto mais o mercado institucional estiver disponível, mais estímulo terá o agricultor de produzir aquilo que a cooperativa local ou a indústria estiver transacionando. Como as indústrias fumageiras, nesse caso, estão sempre dedicadas a um produto principal (fumo) é lógico entender que o aumento de produção ou sua orientação se dará para este produto e onde o preço recebido por safra tende a ser mais compensador. Nesse momento, as condições ofertadas pela indústria aos produtores e o contrato delas com o mercado exportador, em certa medida, vão determinar a oferta da qualidade e da quantidade do produto desejada e influenciará no número de famílias agricultoras integradas a essa empresa. Este estímulo leva o agricultor a dedicar mais tempo a estratégia principal, usando de um volume maior de produção, alocando todos os fatores internos para sua direção, quando esta atividade tem uma perspectiva rentável muito elevada. Nesse contexto, as estratégias de reprodução complementares como a soja, trigo e feijão são reduzidos e compatibilizados com o restante da área e dos recursos disponíveis para viabilizá-las. O milho, por sua vez, não sofre alterações de produção, pois geralmente é cultivado após a colheita do fumo, mas não necessariamente sua produção é comercializada. Muitas vezes, é um produto valorizado para o autoconsumo familiar na alimentação dos animais domésticos. Essa possibilidade de duas culturas no mesmo período agrícola (fumo/milho), talvez, é um dos motivos pelo qual o tabaco também prevalece internamente nas propriedades.

Nessa conjuntura, para incrementar nossa análise dos aspectos econômicos que influenciam nas estratégias dos agricultores, trazemos à tona o que designamos como *fatores sociais*, *fatores políticos* e *fatores*

*culturais* que são impulsionados pela reflexão das bases da Nova Sociologia Econômica (NSE). Para Vinha (2001) a Nova Sociologia Econômica e a visão de enraizamento social da economia admitem existir mecanismos de reciprocidade e redistribuição, independente da escala e da intensidade em que essas relações ocorrem. Esta especificidade faria emergir nessas unidades de produção dos agricultores familiares um comportamento inspirado nos princípios de solidariedade, cooperação, confiança e credibilidade, os quais funcionariam como nexos sociais de integração e geração de ordem onde atuariam como consolidadores das relações econômicas. Os pressupostos que conduzem a NSE são dois: a) entende a economia como um processo instituído socialmente (histórico), portanto - incorpora-se na análise uma série de variáveis de grande poder explicativo, onde legitima a organização perante a sociedade a sua ação em prol do benefício de ambos; b) busca de um modelo organizacional compatível com a motivação dos empreendedores, ou seja, enraizadas em convenções e regras implícitas, em normas de conduta e em laços de cooperação, reciprocidade e confiança, firmados através de contratos ou não, bem como não se restrinjam àquelas orientadas pelo, supostamente livre, jogo do mercado. Tais aspectos são importantes para compreender a tomada de decisão.

Segundo Abramovay (2009) expressa que a NSE no próprio mercado é possível encontrar redes sociais baseadas em laços não mercantis. Além disso, a inserção social dos mercados convida a que a ação política se dirija não apenas ao setor público e associativo, mas também, e cada vez mais, à própria forma de se organizar o setor privado. A NSE auxilia para compreender e elucidar o funcionamento do mercado a partir de uma análise de redes sociais e como esses fatores externos influencia na racionalidade do agricultor, são questões recorrentes. Granovetter (1985) contribui para a reflexão através dos conceitos de laços fortes (laços tradicionais que provém da família que dificultam a inovação) e laços fracos (laços sem estrutura que conduzem e facilitam o potencial

empreendedor). Os laços fortes, em certa medida, são importantes para a compreensão da agricultura em Arroio do Tigre, uma vez que o cultivo do fumo foi introduzido nos sistemas produtivos, antes mesmo da formação do município. Nessa análise, os laços fortes conjugados ao conhecimento herdado sobre o plantio e o direcionamento das propriedades podem auxiliar no processo de continuidade da cultura. Quiçá, os laços fracos são impedidos de florescerem pelo alto investimento no ativo mobilizado que os agricultores deixariam na sua propriedade como estufas, galpões e equipamentos específicos para a produção de fumo ou ainda a presença do mais antigo chefe da propriedade (pais, avós ou mesmo bisavôs) que dificilmente concederiam permissão para substituir por completo o sistema de produção que serviu de reprodução social durante décadas.

Os agricultores familiares buscam preços mais constantes, pouca competição e mercados mais estáveis (Fligstein, 2001). A estratégia de reprodução principal (cultura do tabaco) fornece aos agricultores segurança de que o valor estabelecido na tabela de preços<sup>4</sup> vai ser cumprido, de acordo com a qualidade e negociação do produto. Evidentemente, que o preço pode ser ajustado de acordo com a classificação do fumo (realizada pela indústria), no entanto, uma garantia mínima pode ser esperada, devido a pressão estabelecida pelos movimentos em defesa dos fumicultores. Processo muito diferente quando tratamos das estratégias de reprodução complementares (feijão, soja, trigo, milho) em que não se tem segurança do preço que se receberá, muito menos para quem vender o produto. Portanto, mesmo tendo superficialmente um mercado institucionalizado, as flutuações desses últimos produtos são motivos de precaução e muito planejamento para a escolha, analisando pela ótica do mercado.

---

<sup>4</sup> A tabela de preços do tabaco é construída em reuniões que envolvem a Associação dos Fumicultores do Brasil (Afubra), Federações dos Trabalhadores Rurais do Rio Grande do Sul (Fetag) e de Santa Catarina (Fetaesc) e das federações patronais dos três estados do Sul (Farsul, Faesc e Faep), bem como as agroindústrias tabacaleiras. São levados em consideração os custos de produção, a moeda estrangeira, a economia nacional entre outros indicadores. A tabela é composta por uma hierarquia de preços desde o maior preço (BO1) até o menor (ST).

A organização e o avanço do setor fumicultor teve reflexos importantes como a construção de um protocolo que insere exigências, tanto para os agricultores como para a indústria. Segundo informações da Afubra (2008), além da negociação de preço anterior a cada safra, foi estabelecido um caráter retroativo ao início da comercialização, caso as negociações serem concretizadas já no decorrer da safra. Portanto, caso o agricultor já comercializou sua produção, antes de um possível aumento, após ele receberá um pagamento adicional, caso for acertado um aumento de preço entre os representantes e a indústria (Afubra, 2008). Esse fenômeno é privilégio apenas do setor tabacaleiro, não sendo aplicado nas estratégias de reprodução complementares, que sofrem flutuações de preços constantes.

O pagamento do produto em até quatro dias úteis, o comprometimento por parte das empresas em adquirir toda a produção contratada, o pagamento dos financiamentos de custeio e investimentos junto às instituições bancárias credenciadas e das despesas com frete e seguro do transporte do fumo e de insumos agrícolas da casa do agricultor até as esteiras de comercialização; e acompanhamento da comercialização por fiscais de órgãos oficiais e membros das entidades (Afubra, 2008) foram pontos em que os movimentos organizados do setor conseguiram avançar frente essa integração entre o agricultor/indústria. Para a Afubra (2008) esse avanço foi importante perante esse protocolo que ainda estabelece a realização de reuniões entre indústrias e produtores, com o propósito de reconstituir conjuntamente os coeficientes técnicos de custo de produção.

Os avanços no setor são importantes para o desenvolvimento dos agricultores integrados a essa indústria. Geralmente, os agricultores são avessos aos riscos, ao menos, tentando diminuir as probabilidades desses emergirem com força, desestabilizando sua unidade de produção. Com esses progressos o agricultor sente-se mais confortável, em sua posição de escolher essa estratégia, em detrimento de outras. O *fator segurança* em relação ao mercado é altamente importante, entrando como preponderante

na escolha do sistema de produção adotado. Podemos considerá-lo como um elemento não econômico que perpetua dentro e fora da porteira. Bourdieu (2005, p.17) em relação aos fatores implícitos no mercado agrícola, afirma: “a ortodoxia econômica que considera um puro dado, a oferta, a demanda, o mercado, é o produto de uma construção social, é um tipo de artefato histórico do qual somente a história pode dar conta”. Na verdade as estratégias econômicas são, geralmente, integradas num sistema complexo de estratégias de reprodução, permanecendo, portanto, plenas de história de tudo ao que visam perpetuar (Bourdieu, 2005).

Os *fatores não econômicos* são importantes para as relações que estão diretamente ligadas ao mercado, bem como as relações sociais entre os próprios agricultores (que, às vezes, se postam como atravessadores). Nesse sentido, as relações não necessariamente econômicas entendidas como fundamentais nas relações econômicas investidas como a reciprocidade e a confiança descritas por Karl Polany não desapareceriam com a instituição de convenções estritamente mercantis (POLANY, 1992). As relações entre os atores (fumicultores e agroindústrias; fumicultores e fumicultores; fumicultores e atravessadores) permaneceriam influenciadas por aspectos sociais de imbricação e interesses convergentes e divergentes, não sendo somente a alta renda bruta um critério preponderante e levado como principal fator de decisão no cultivo do fumo.

Cabe lembrar que o agricultor de tabaco também mantém cultivos complementares (produtos agrícolas que seu excedente é voltado para o mercado) e básicos (principalmente para o autoconsumo). Os produtos básicos, normalmente, são usados para trocas recíprocas entre as famílias por produtos que não dispõem ou ainda são emprestados para devolver em outro momento, sem nenhum contrato, simplesmente pelo grau de confiança dos agricultores. Cabe ressaltar, que a integração do sistema do tabaco muito pouco influencia em aspectos culturais ou tradicionais da família e, não é por esse motivo que o agricultor perde suas características

mais arraigadas. É mais preponderante os fatores culturais interferirem no processo de integração, do que ao contrário.

Os fatores culturais compreendidos como condicionantes nas estratégias de reprodução são carregadas por fatores históricos intrínsecos da tradição da família. Essas *issues* (questões), muitas vezes, não são levadas em consideração na construção de estratégias de desenvolvimento para as comunidades rurais. Na concepção de Bourdieu (2005, p. 18) “sob o nome quase indefinível de mercado” que a demanda se especifica e se determina completamente apenas em relação a um estado privado da oferta e também das condições sociais e jurídicas notadamente. Para ele, a decisão econômica não é a de um agente econômico isolado, mas a de um coletivo, grupo, família ou empresa, funcionando a maneira de um campo. Tem raízes históricas e as estratégias econômicas são, na maioria das vezes, associadas num sistema complexo de estratégias de reprodução, estando, portanto, plenas da história de tudo ao que objetivam perpetuar.

De maneira especial percebemos que os sistemas de produção dos agricultores familiares têm traços históricos e culturais e que são, geralmente, preservados pela tradição familiar. A tendência de um processo modificação em um sistema de produção completamente diferente dos seus antepassados é movida de forma lenta e gradual, se caso mais rápida, ainda são conservadas as tradições como forma de mostrar a continuidade e característica familiar. Transformar as relações culturais implica em confrontar com as formas de poder<sup>5</sup> dentro e fora da propriedade, fato que também provoca transformar seus valores, representações e a sociabilização com os atores externos divergentes a seus interesses. Geralmente, decisões que impliquem em alterar as estratégias clássicas,

---

<sup>5</sup> As relações de poder podem ser mais aprofundadas em Weber (1982) que analisa o poder nas estruturas políticas, o poder econômico, o poder na burocracia, e poderes de outra natureza. Ou ainda em Bourdieu (1977) que entende o poder como um campo de forças que lutam para sua obtenção. Faz menção ao poder simbólico que é um poder invisível que, somente, é exercido desempenhado com a convivência daqueles que não querem tomar ciência que a ele se submetem ou mesmo que o exercem. Talvez essa análise de Bourdieu se aproxime mais do que estamos argumentando.

oriundas de tradições históricas e culturais, provocam conflitos na família rural. Sendo que cada grupo tem suas normas culturais ou como Wolf (2003, p. 88) afirma: “(...) formas ou mecanismos culturais que diferem de cultura para cultura”.

Na região de Arroio do Tigre, muitas famílias fumicultoras têm o cultivo de fumo, além de principal estratégia de reprodução e relevância econômica, um saber herdado tradicionalmente pelos seus avós e pais. Tais características lhe agregam um saber fazer característico que ao conduzirem sua própria unidade de produção fornecendo segurança, uma vez que conhecem as práticas agrícolas sem depender de um agente externo. Aos agricultores mais novos ou ingressados recentemente na atividade, em casos de necessidade, os vizinhos se mostram solidários podendo, sem custo algum, passar informações e técnicas adquiridas com os anos de experiência na cultura, sem necessitar a presença do profissional de assistência técnica. Zanella e Prieb (2007) salientam que os conhecimentos técnicos a disposição podem influenciar a tomada de uma decisão a partir de argumentações de natureza técnica.

A escolha do tipo de fumo também pode ser mediado por um processo cultural, como o estudo realizado por Diehl et. al (2005) no município de Paraíso do Sul, anotando que em suas investigações, o fumo *Burley*, cultivado nas microrregiões de colonização italiana, geralmente é associado a outros cultivos, enquanto o de estufa, amplamente predominante na Microrregião de Colonização Alemã, é cultivado na forma de monocultura, raramente ocorrendo associado à outra cultura de forma comercial. Caso distinto dos agricultores de fumo de Arroio do Tigre onde predominam no meio rural, produtores de origem alemã e o município tem sua produção bem diversificada, sendo responsável pela maior produção de fumo tipo *Burley* sul - brasileira. Portanto, verificamos que a questão cultural também é mutável e influenciada pelo ambiente natural, características peculiares de cada região.

Dentro dos fatores culturais podemos elencar também as influências religiosas. Percebemos a marcante tradição religiosa na região, mas evidenciamos que esta influência, em parte, na gestão das propriedades e em menor grau nas escolhas das estratégias de reprodução. Por exemplo, influências religiosas emergem em dias santos em que é “proibido” qualquer tipo de trabalho agrícola, sendo que, qualquer coisa que acontece nesse dia é rapidamente associado a desobediência religiosa. Pastores e padres, principalmente, são os atores que em alguns casos podem ter algum grau de importância, mas não a ponto de intervirem decisivamente na decisão final da família, deste modo, uma influência indireta. A religião se torna mais relevante na composição do grupo familiar ou mais preponderante na divisão familiar, pois famílias tradicionais optam pela união estável, sendo o casamento a legitimação do processo. A tradição do casamento, por exemplo, pode reduzir a mão de obra da família, caso esta família constitua uma nova unidade de produção ou pode influenciar momentaneamente nas estratégias de produção do chefe da família, visto se capitalizar para realizar a festa dos filhos ou para auxiliar na composição da nova estrutura produtiva.

Voltando aos fatores sociais, o reconhecimento das atividades dos agricultores ou sua identidade produtiva são elementos complementares e motivadores para a continuidade da estratégia de reprodução principal. Na cultura do tabaco, o agricultor recebe atenção privilegiada pela assistência técnica, oferecidas pelo sistema de integração com a indústria, além de que, em Arroio do Tigre, ser considerado “plantador de fumo” é motivo de respeito, admiração e sinônimo de um agricultor consolidado. Nas suas transações comerciais no centro urbano, quando reconhecido como um “bom agricultor” ou um “agricultor forte” facilmente ganha crédito nas instituições financeiras, supermercados ou empresas de insumos agrícolas. Tal legitimação social não seria possível, caso produzisse o que denominamos de estratégias de reprodução complementares ou básicas.



No entanto, aliado ao reconhecimento, é evidente que o grau de confiança nas transações das empresas com o agricultor também é mensurada.

A confiança nas relações sociais e contratuais entre as agroindústrias fumageiras e os agricultores também são pontos importantes. A busca de informações de outros agricultores sobre a atuação da assistência técnica (orientador de fumo) fornecida pelo representante de uma agroindústria fumageira, pode ser decisiva na consolidação de um contrato com a agroindústria que representa. O contrário também pode acontecer, em situações em que o técnico busca informações sobre o comportamento moral e produtivo da família rural que, possivelmente, poderá ser aliada. Outra situação, no momento de consolidar a venda do produto, onde os agricultores se utilizam de informações dos preços de venda de outros produtores de fumo para tomar a decisão da sua comercialização da safra, pois os preços são variáveis de acordo com a classificação semanal adotada pela agroindústria fumageira.

As relações sociais são as principais responsáveis pela produção de confiança na vida econômica. Entretanto, mesmo sendo necessária para a confiança e o comportamento honesto, não estabelecem garantia suficiente e podem até fornecer a ocasião, a saída para a má-fé e o conflito em uma escala mais ampla do que em sua ausência. Para esta última existe três motivações: a) a confiança originada pelas relações pessoais oferece, por sua própria existência, uma oportunidade maior para a má-fé; b) a força e a fraude são usadas com mais proveito por grupos e a estrutura destes requer um nível de confiança interna que geralmente obedece a lógicas preexistentes; c) a dimensão da desordem resultante da força e da fraude depende em muito de como a rede de relações sociais está estruturada (GRANOVETTER, 2007).

Sob a primeira motivação exposta por Granovetter, nota-se na relação entre o profissional de assistência técnica e o agricultor. Caso o primeiro, tenha uma relação de confiança com o segundo e está exposto a uma situação de persuasão que coloca em risco sua continuidade como

colaborador na empresa tabagista, este para se qualificar, fornecer credibilidade e resultados mais significativos para a sua organização usa-se da confiança que lhe é depositada pelo agricultor inferindo que a comercialização está boa e conduz o fumicultor a realizar a venda, afirmando que é o momento ideal para fazer a transação. Ao confirmar a venda, o agricultor percebe que a informação relatada pelo profissional técnico não se tornou verdadeira, portanto, usou-se da má-fé para um benefício estritamente individual. Granovetter (2007, p. 14) explica que “quanto maior a confiança, maior é o potencial de ganho por meio da má-fé”. Nesse caso, ganho para ambos, profissional técnico que se mantém no emprego e a agroindústria fumageira que obtêm vantagens econômicas com essa transação. Para Granovetter (2007) a abordagem da imersão para o problema da confiança e da ordem na vida econômica produz previsões generalizáveis, portanto, improváveis de ordem ou de desordem universal, mas sustenta que cada situação será determinada pelos detalhes da estrutura social.

Os agricultores, por conseguinte, são influenciados também pelo que denominamos de *fator político-institucional* intermitentes na relação com o mercado. Em face disso, os gestores públicos, conseqüentemente na figura do Estado, são atores que tem elevado grau de controle sobre as estratégias de reprodução dos agricultores familiares. Dado seu poder de intervenção, mediante os instrumentos vinculados a política agrícola e políticas públicas, podem conduzir a forma de reprodução social dos agricultores familiares, por meio de ações de incentivo para determinadas estratégias. Por exemplo, no momento dessa redação, o Programa Mais Alimentos<sup>6</sup> indica que se o agricultor optar pela produção dos produtos agrícolas que estão vinculados ao programa pode-se beneficiar com

---

<sup>6</sup> O Mais Alimentos é uma linha de crédito do Pronaf que financia investimentos em infraestrutura da propriedade familiar. Contempla os seguintes produtos e atividades: açafrão, arroz, café, centeio, feijão, mandioca, milho, sorgo, trigo, erva-mate, apicultura, aquicultura, avicultura, bovinocultura de corte, bovinocultura de leite, caprinocultura, fruticultura, olericultura, ovinocultura, pesca e suinocultura (MDA, 2010).

financiamentos de caráter mais acessível - ou a vigência da Lei Nº 11.947, sancionada em junho de 2009, determinando que no mínimo 30% da merenda escolar seja comprada diretamente de agricultores familiares, sem licitação<sup>7</sup> (vinculado ao Programa de Aquisição de Alimentos) ou o Programa Nacional de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco<sup>8</sup> que tem o objetivo de encontrar alternativas produtivas e geradoras de renda, com foco na qualidade de vida e na sustentabilidade econômica, social, ambiental e cultural entre as famílias agricultoras. Todos são derivados dos programas da Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SAF/MDA).

Os pilares dessas ações determinam diretamente no foco do agricultor corroborando com os instrumentos de incentivo, a menos que, em determinada região não é possível cultivar algum produto que já possui um mercado, ao menos, estabilizado. Para essa afirmação, encontramos em Fligstein nossa referência, onde assegura que as suas relações são assinaladas pela incerteza (Fligstein, 2007). Nessa ótica, tanto o agricultor quanto as agroindústrias do setor agrícola (cooperativas, empresas, indústrias de tabaco, etc) procuram diminuir ao máximo o grau de incerteza nas suas relações com o mercado, como o estabelecimento de relacionamentos com os atores econômicos que, possivelmente, podem lhe trazer certos benefícios em todo o canal de comercialização (transportadores, intermediários, fornecedores, entes públicos e privados, empresas, entre outros) numa ação de cooperação entre as transações, tentando conduzir suas estratégias (externas) para estabelecer condições favoráveis ao longo de sua reprodução social e econômica.

---

<sup>7</sup> O artigo 14 estabelece que: "Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas" (p.5). Documento disponível em: <<http://www.cepagro.org.br/uploads/MP-455.PDF>>.

<sup>8</sup> Programa Nacional de Diversificação em Áreas Cultivadas com tabaco é uma das ações implementadas pelo Governo Federal desde 2005, ano em que o Brasil tornou-se signatário da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco, desenvolvida pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

Partimos dos elementos que influenciam sob o âmbito dos fatores político-institucionais já consolidados (governo vigente) para aqueles ainda a consolidar (candidatos ao governo). No ano de 2010, se constituiu o processo eleitoral para eleger representantes na Câmara Estadual e Federal, principalmente. Nesse fato coexistem interesses, tanto por parte os possíveis representantes da sociedade como dos interesses dos agricultores. Nas regiões já consolidadas do setor fumageiro, dificilmente, um possível representante ao governo será desfavorável ao cultivo do tabaco, pelo contrário, sabido da importância econômica para os municípios (por exemplo, em Arroio do Tigre, 70% da receita é proveniente da fumicultura ou em Jaguari que o cultivo do fumo representa ao município 46% do PIB agropecuário) estes usarão estratégias para defender ou incentivar o cultivo do tabaco, pelo conhecimento da realidade empírica que possuem e para sua legitimação como representante eleito. Já os agricultores, conhecendo os propósitos dos representantes não fornecerão legitimidade a uma pessoa com uma ideologia contrária a produção de tabaco.

Até esse momento se ressaltam três processos de mudanças: um de tipo econômico, outro de vínculo político-institucional e o terceiro de vínculo ambiental sustentável. O vínculo político-institucional sobrepujado pela posição do Brasil em apoiar a Convenção Quadro converge com a “necessidade” da sustentabilidade ambiental, sendo que ambos divergem da questão econômica. Nesse viés, pode se instaurar uma crise na estratégia de reprodução principal dos agricultores de Arroio do Tigre, vulnerabilizando sua estratégia de ciclo curto preferencial. Nesse novo panorama, os atores rurais buscam nos representantes políticos da região na tentativa de reverter essa situação, desfavorável, até o momento. Portanto, o âmbito político-institucional ganha realce nesse espaço pela possível consequência de suas decisões podendo acarretar em altas implicações aos agricultores e a economia da região.

Essa série de fenômenos, em entrelaçamento constante na racionalidade dos agricultores está também ligada aos *fatores legais* (leis, regras, questões ambientais, trabalhistas, posições, acordo do Estado, etc). Os *fatores legais* como a posição do Brasil frente a Convenção-Quadro ou a legislação ambiental propondo restrições ao desenvolvimento da agricultura tem caráter orientador e, ao mesmo tempo, restritivo para a atividade agrícola. Como já discutimos anteriormente, o fator limitante terra é preponderante na escolha das estratégias de reprodução para os agricultores familiares, assim sendo, a necessidade do agricultor manter Áreas de Proteção Permanente (APP) conjugado com a adicional manutenção de 20% da propriedade como reserva legal, pode inviabilizar a reprodução social daqueles que possuem pequenas propriedades<sup>9</sup>. Para Carvalho (1981), em consequência, o jurídico, o político e o ideológico, embora portadores de conteúdos próprios auferem o efeito da causação derivado do econômico e da ação simultânea das coerções.

No curso da luta entre a preservação ambiental e a reprodução social dos agricultores, mediados pelas regras, legislações e posições adotadas pelo Estado, existe um campo de conflitos, disputas e interesses em jogo. Para Bourdieu (2005, p. 33) o campo econômico “é um campo de lutas” destinado a manter ou a transformar o campo de forças, um campo de ação socialmente construído onde se afrontam agentes apoiados de recursos distintos. O resultado das ações em que as firmas engajam nele e sua eficácia depende de sua posição na estrutura da distribuição do capital sob todas as suas formas

Seguindo nos aspectos fora da porteira que incidem nesse processo dinâmico e volátil da agricultura familiar e suas relações externas, voltamos ao *fator tecnológico*. O item b, de Chiavenato (2000) alerta que a tecnologia pode ser entendida também como uma variável ambiental e externa, sendo que condiciona a família agricultora como se fora uma força

---

<sup>9</sup> Existe um intenso debate no Congresso Brasileiro sobre esta situação. Para aprofundar sobre esse assunto indicamos a leitura do Código Florestal Brasileiro (Lei nº 4.771/65).

externa e estranha a propriedade e sobre a qual tem pouco entendimento e controle. Esse fator foi estudado por Thompson que designou de racionalidade técnica (Chiavenato, 2000). O fator tecnológico traduzido pelos avanços na pesquisa e desenvolvimento pelas organizações que tem por intuito ganhos na área agrícola são determinantes na estrutura das unidades agrícolas, bem como no seu comportamento.

Esse avanço tecnológico reflete mais enfaticamente no período denominado de modernização agrícola onde existiu um intenso processo de mecanização na agricultura. Atualmente, tomando como exemplo, a estratégia de reprodução principal em Arroio do Tigre, ela influencia na tomada de decisão sobre as estratégias e na gestão da propriedade. As eminentes pesquisas, principalmente, para adaptação do cultivo (semente) a determinadas restrições no solo ou ainda nas técnicas para melhorar a qualidade do produto na propriedade de acordo com as exigências do mercado, são fundamentais para determinar a gestão da propriedade. Por outro lado, a crescente participação das empresas agropecuárias no aperfeiçoamento de máquinas agrícolas, que podem diminuir a labuta no campo, influencia decisivamente na escolha de determinada estratégia. Quiçá, o agricultor que disponha de condições favoráveis (financeiras e terras aptas) para a aquisição de determinadas tecnologias agrega facilidades, diminuindo, em parte, a penosidade do trabalho. Entretanto, na agricultura, dispor de tecnologia não significa ter maior eficácia no resultado final da produção, pois os fatores ambientais (clima) são determinantes para o bom desenvolvimento dos produtos agrícolas.

Por último, elencamos os *fatores demográficos* como uma variável externa importante. O envelhecimento da população ou mesmo a nova leva de jovens, potenciais consumidores, dos produtos agrícolas podem afetar a dinâmica de produção agrícola. As variáveis demográficas como migração para centros urbanos evocam para uma diminuição da produção e a necessidade de uma maior oferta de alimentos. Os fatores demográficos também evocam para a constituição de uma nova família, através do

matrimônio. Esta nova família agricultora que se constitui, caso vier a se estabelecer uma nova unidade de produção agrícola, pode influenciar na primeira, pelas razões já citadas como a redução de mão de obra (fator interno). Outro elemento a considerar é o grau de instrução dos componentes da família, as informações sobre o mercado agropecuário ou sobre as técnicas de plantio, ou ainda a assessoria técnica na propriedade. O conhecimento exógeno à propriedade pode induzir nas escolhas das estratégias de reprodução de ciclo curto, a que estamos abordando. Isso pode se concretizar, por exemplo, através dos filhos que ingressaram no ensino superior e tem atividade permanente na propriedade. Quanto maior o grau de informações, maior é o leque para a tomada de decisão, sendo que, em alguns casos, pode ser mais complexo decidir sobre as possíveis estratégias. Além disso, os motivos para uma redução do crescimento demográfico podem estar ligados aos processos de urbanização e industrialização e com incentivos à redução da natalidade. Elegemos o fator demográfico com um fator externo periférico na relação racionalidade-agricultor.

Adiante, elaboramos uma figura com o objetivo de generalizar a complexidade e os principais condicionantes que influenciam na tomada de decisão dos agricultores familiares produtores de tabaco em Arroio do Tigre/RS. De certa maneira, as estratégias de ciclo curto, além de arriscadas, por envolver diferentes fatores incontrolláveis no ano agrícola. A decisão mais racional, talvez, no futuro pode ser a menos positiva economicamente e vice-versa.

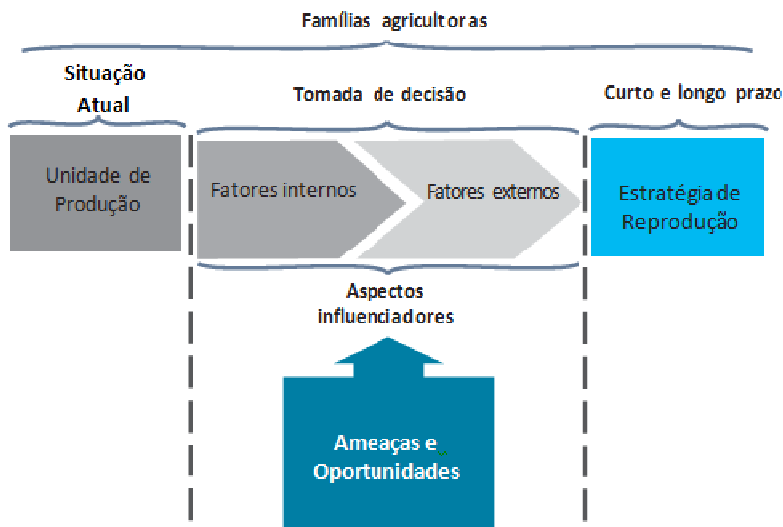


Fig. 01- Esquema dos elementos que influenciam as estratégias de reprodução dos agricultores familiares

Fonte: elaborado pelo autor

#### 4. Considerações Finais

Nossa incursão até aqui, longe se ser minuciosa, aspiramos dar subsídios parciais dos fenômenos que habitam nos distintos momentos da escolha das estratégias de reprodução e da gestão na agricultura familiar. No mais, cabe destacar que trabalho veiculou, especialmente, as estratégias de reprodução de ciclo curto relacionadas a produção agrícola. No bojo desta explanação, ainda destacamos que podem ser contempladas por *estratégias amplas*, isto é, abarcam de diferentes opções de reprodução social na agricultura, sendo estas não limitantes a um único alvo, como no caso o fumo, mas envolvendo estratégias complementares, estratégias básicas ou outras não relativas à produção estritamente falando como as rendas não-agrícolas, a pluriatividade, o turismo rural, enfim, entre outras, relativas a multifuncionalidade na agricultura. Ou ainda, *estratégias restritas*



que envolvem as famílias agricultoras que sempre se dedicaram a um único cultivo [principal] visualizando como única forma capaz de manter sua reprodução social, pela sua retrospectiva histórica e pelo único saber fazer geracional. Ambas, são mediadas por fenômenos positivos (oportunidades) e negativos (ameaças). As estratégias restritas são mais carregadas de ameaças, enquanto as estratégias amplas, mais consubstanciadas por oportunidades e, possivelmente, um menor grau de incerteza.

Essa análise quando realizada sob o contexto do agricultor, não se restringe a compilar e catalogar fatos e dados das propriedades rurais, na esperança de que isso venha gerar naturalmente um modelo. Pelo contrário, exigem uma busca persistente e uma análise pormenorizada das ações que são carregadas de experiências anteriores (acertos e erros), para então, buscar explicações e constatações empíricas subsidiando, posteriormente, modelos teóricos, às vezes, somente aptos para àquela realidade, ainda que sem deixar de levar em conta as circunstanciais alterações, ao longo do tempo, que podem modificar o comportamento das famílias agricultoras. Sugerimos analisar por intermédio de um processo dinâmico, abocanhado de complexidade constante o meio rural

Nesse contexto, as famílias agricultoras diante da situação atual (e anterior) nas unidades de produção estabelecem graus de relevância (peso) nos condicionantes internos e externos mediando - de acordo com seu leque de informações, suas limitações e condições materiais - as possíveis oportunidades geradas ou as ameaças eminentes, para a escolha de suas estratégias de reprodução frente sua racionalidade e diante das transformações e modificações complexas e polivalentes no ambiente em estão imersos. Teoricamente a estratégia escolhida é, na concepção da família agricultora, sempre a melhor para determinado momento, mas nem sempre alcança resultados positivos, pelos inúmeros fenômenos que surgem a partir da decisão.

## 5. Referências Bibliográficas

ABRAMOVAY, R. Anticapitalismo e inserção social dos mercados. **Tempo Social. Revista de sociologia da USP**, v. 21, n. 1. P.65-87, 2009.

ALMEIDA, M. W. B. Redescobindo a família rural. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.1, n.1, 1986. p. 66-93.

AFUBRA. **Tabela de preço de fumo é reajustada em 7,7%**. 2008. Disponível em: [http://www.afubra.com.br/principal.php?acao=noticias&noticia\\_id=521&u\\_id=1](http://www.afubra.com.br/principal.php?acao=noticias&noticia_id=521&u_id=1), Acesso em 03 de outubro de 2010.

ANDRIOLI, A. I. Agricultura familiar e sustentabilidade ambiental. **Revista Espaço Acadêmico**, nº 89, outubro de 2008.

BOURDIEU, P. Sur le pouvoir symbolique. **Annales**, Paris, v.32, n.3, p.405-11, maio/jun. 1977.

BOURDIEU, P. “O campo econômico”. **Política & Sociedade**, N. 6, abril de 2005., 2005. p. 15-57.

CARVALHO, E. A. Introdução. In: CARVALHO, E. A.; FERNANDES, F. (Orgs.) **Godelier: antropologia**. [tradução de Evaldo Sintoni et al]. São Paulo: Ática, 1981.

CHAYANOV, A. **La Organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974.

CHIAVENATO, I. **Introdução a teoria geral da administração**. 2ª Ed. Rio de Janeiro, Campus, 2000.

DIEHL, M. R. et al. Caracterização do parcelismo das terras nas propriedades familiares de fumo no município de Paraíso do Sul –RS. **Anais...** In: I Congresso Internacional de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar. São Luiz Gonzaga: UERGS, 2005.

FIALHO. M. A. V. **Rincões de pobreza e desenvolvimento: interpretações sobre o comportamento coletivo**. (Tese de Doutorado). Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 2005.

FLIGSTEIN, N. Mercado como política: uma abordagem político-cultural das instituições de mercado. **Contemporaneidade e Educação**, p.26-55, 2001.

FLIGSTEIN, N.; DAUTER, L. **The Sociology of markets**. Annu. Rev. Sociol. 2007.33:105-128. Disponível em: <arjournals.annualreviews.org>, Acesso em 20 de Abr. de 2010.

GARCIA JR, A. **Sul: o caminho do roçado; estratégias de reprodução camponesa e transformação social**. Rio de Janeiro: Marco Zero Brasília, 1990.

GODELIER, M. Antropologia Econômica. In: COPANS, J. et al. Antropologia, ciência das sociedades “primitivas”? Lisboa, Edições 70, 1971. (Orgs.) **Godelier: antropologia**. [tradução de Evaldo Sintoni et al]. São Paulo: Ática, 1981.

GRANOVETTER, M. S. Economic action and social structure: the problem of embeddedness. **American Journal of Sociology**, Chicago, v. 91, n. 3, p. 481-510, 1985. Disponível em: <http://www.journals.uchicago.edu/AJS/>, Acesso em: 18 mar. 2010.

GRANOVETTER, M. S. A ação econômica e estrutura social: o problema da imersão. **RAE Eletrônica**. V.6, n. 1, São Paulo, jan./jun.2007.

HEREDIA, B. M. A. **A morada da vida. Trabalho familiar de Pequenos produtores do Nordeste do Brasil**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

PAULILO, M. I. S. **Produtor e agroindústria: consensos e dissensos: O caso de Santa Catarina**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1990.

POLANYI, K. **La gran transformación**. Fondo de Cultura Econômica, México, 1992.

SABOURIN, E. Que política pública para a agricultura familiar no segundo governo Lula? **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 22, n. 3, p. 715-751. set./dez. 2007.

SABOURIN, E. **Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

VINHA, V. Polanyi e a Nova Sociologia Econômica: uma aplicação contemporânea do conceito de enraizamento social (*social embeddedness*). **Revista Econômica**. V. 3. nº 2. Dezembro de 2001.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, João Carlos (org). **Agricultura familiar: realidade e perspectivas**, Passo Fundo: UPF, 1998.

WEBER, M. **Ensaio de sociologia**. (Orgs). Int. H. H. Gerth e Wright Mills. Trad. Waltensir Dutra. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1982.

WILKINSON, J. **Mercosul e Produção Familiar: abordagens teóricas e estratégias alternativas.** Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, CPDA-UFRRJ, N° 08, Abril de 1997.

WOLF, E. Aspectos das relações de grupos em uma sociedade complexa: México. In: FELDMAN-BIANCO, B.; RIBEIRO, G.L. (orgs.) **Antropologia e poder.** Brasília: Editora da UNB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Editora UNICAMP, 2003.

WOORTMANN, E. **Herdeiros, parentes e compadres.** Colonos do Sul e Sitiantes do Nordeste. São Paulo, Editora da UnB, 1995.

ZANELLA, C. K.; PRIEB, R. I. P. Análise dos interesses articulados ao complexo agroindustrial do fumo a partir dos aportes do direito, ciência política e agricultura sociológica. **Revista do Centro de Ciências Sociais e Humanas.** v. 20,n.02. Julho/Dezembro, 2007. p. 09- 21.